



Carta Segura de Angra, datada de 1844
Período Pré-Filatélico.

As comunicações postais organizadas surgem em Portugal em 1520, por Carta Régia de D. Manuel I, com a nomeação de Luís Homem, como primeiro Correo-Mór. Em 1606, Filipe II vende o serviço de correios a Luís Gomes da Mata, por 70.000 cruzados, mantendo a família este privilégio e negócio até 1798, altura em que é convertido em serviço público, dependendo da Coroa.

A 9 de Junho de 1657, durante o governo de D. Luíza de Gusmão, como regente na menoridade de seu filho, o Rei D. Afonso VI, é criado o Ofício de “Correo-Mór e das Cartas do Mar”, que foi anexado ao do Correo-Mór do Reino.

No reinado de D. Maria I, por Alvará de 20 de Janeiro de 1798, é criado o Correo Marítimo, e dá-se a passagem para o Estado da Administração dos Correios Portugueses.

Em consequência direta deste Alvará, o crescimento demográfico dos Açores e o seu desenvolvimento económico, bem como a sua posição privilegiada nas rotas das Américas e das Índias, terão sido determinantes para a criação dos correios marítimos das Ilhas.

Sabe-se do copião das cartas do Correo Marítimo de Angra, que a 2 de Junho de 1798, « ... se tinham estabelecido correios marítimos nas ilhas de S. Miguel,

Fayal e Graciosa...», para além do de Angra que era o expedidor do ofício.

Deveriam estes 4 correios dispor de marcas postais próprias para marcar a correspondência expedida. De Angra conhece-se marca postal desde 1802, de S. Miguel a primeira aparece em 1813, do Fayal em 1824, da Graciosa nenhuma é conhecida, o que não permite concluir que esta ilha não a tivesse.

O transporte de correspondência para os Açores, desde 1798 e até 1821, era feito por navios mercantes nacionais ou estrangeiros que tocavam os portos portugueses, na sua rota para as ilhas. Nesse período, os Paquetes Correios Marítimo, embarcações da Coroa comandados por oficiais da Armada, não fizeram a carreira das ilhas, só vindo tal a acontecer após publicação do Decreto de 25 de Julho de 1821.

A 1 de outubro de 1831 foi publicado o “Regimento do Correo Marítimo de Angra”, com uma tabela de portes, onde pela primeira vez é publicada a “taxa das cartas dentro da província”, com uma taxa base de 20 réis.

Em 1836, com a reforma administrativa que dividiu do arquipélago em 3 distritos, o Governador Civil das ilhas é nomeado Sub-Inspector dos Correios e das Postas das Ilhas, e é promulgada nova tabela de portes, pagando uma carta simples entre

**4.º MOMENTO DA EXPOSIÇÃO DO MAR
E DA TERRA... UMA HISTÓRIA NO ATLÂNTICO**

**4 DE NOVEMBRO DE 2017
A FEVEREIRO A 2018**

ilhas o mesmo do que vinda do continente ou ultramar. A medida que terá sido contestada, incentivou o contrabando postal, pelo que, dois anos passados, seria revogada, voltando-se à taxa base de 20 réis, e assim ficando até 1853, aquando da Reforma Postal introduzida por Fontes Pereira de Melo, ainda hoje na base do funcionamento do correio português, e que tornou obrigatório o uso de selo postal colado nas cartas.

Vista noutra perspetiva, que não apenas a do estudo das marcas postais aplicadas, a correspondência circulada nos Açores, e com o exterior, é ainda valiosa pelo seu conteúdo, em testemunhos que são inegáveis contributos para o conhecimento e enriquecimento da nossa História, aos quais o colecionador não pode ficar indiferente.

TEXTO: JORGE ALMEIDA NUNES
FOTOGRAFIA: PAULO LOBÃO | MAH

UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA POSTAL DOS AÇORES



As comunicações postais organizadas surgem em Portugal em 1520, por Carta Régia de D. Manuel I, com a nomeação de Luís Homem, como primeiro Correiro-Mór. Em 1606, Filipe II vende o serviço de correios a Luís Gomes da Mata, por 70.000 cruzados, mantendo a família este privilégio e negócio até 1798, altura em que é convertido em serviço público, dependendo da Coroa.

A 9 de Junho de 1657, durante o governo de D. Luíza de Gusmão, como regente na menoridade de seu filho, o Rei D. Afonso VI, é criado o Ofício de “Correiro-Mór e das Cartas do Mar”, que foi anexado ao do Correiro-Mór do Reino.

No reinado de D. Maria I, por Alvará de 20 de Janeiro de 1798, é criado o Correio Marítimo, e dá-se a passagem para o Estado da Administração dos Correios Portugueses.

Em consequência direta deste Alvará, o crescimento demográfico dos Açores e o seu desenvolvimento económico, bem como a sua posição privilegiada nas rotas das Américas e das Índias, terão sido determinantes para a criação dos correios marítimos das Ilhas.

Sabe-se do copião das cartas do Correio Marítimo de Angra, que a 2 de Junho de 1798, «... se tinham estabelecido correios marítimos nas ilhas de S. Miguel,

Fayal e Graciosa...», para além do de Angra que era o expedidor do ofício.

Deveriam estes 4 correios dispor de marcas postais próprias para marcar a correspondência expedida. De Angra conhece-se marca postal desde 1802, de S. Miguel a primeira aparece em 1813, do Fayal em 1824, da Graciosa nenhuma é conhecida, o que não permite concluir que esta ilha não a tivesse.

O transporte de correspondência para os Açores, desde 1798 e até 1821, era feito por navios mercantes nacionais ou estrangeiros que tocavam os portos portugueses, na sua rota para as ilhas. Nesse período, os Paquetes Correios Marítimo, embarcações da Coroa comandados por oficiais da Armada, não fizeram a carreira das ilhas, só vindo tal a acontecer após publicação do Decreto de 25 de Julho de 1821.

A 1 de outubro de 1831 foi publicado o “Regimento do Correio Marítimo de Angra”, com uma tabela de portes, onde pela primeira vez é publicada a “taxa das cartas dentro da província”, com uma taxa base de 20 réis.

Em 1836, com a reforma administrativa que dividiu do arquipélago em 3 distritos, o Governador Civil das ilhas é nomeado Sub-Inspector dos Correios e das Postas das Ilhas, e é promulgada nova tabela de portes, pagando uma carta simples entre

Carta Segura de Angra, datada de 1844
Período Pré-Filatélico.

**4.º MOMENTO DA EXPOSIÇÃO DO MAR
E DA TERRA... UMA HISTÓRIA NO ATLÂNTICO**

**4 DE NOVEMBRO DE 2017
A FEVEREIRO A 2018**

ilhas o mesmo do que vinda do continente ou ultramar. A medida que terá sido contestada, incentivou o contrabando postal, pelo que, dois anos passados, seria revogada, voltando-se à taxa base de 20 réis, e assim ficando até 1853, aquando da Reforma Postal introduzida por Fontes Pereira de Melo, ainda hoje na base do funcionamento do correio português, e que tornou obrigatório o uso de selo postal colado nas cartas.

Vista noutra perspetiva, que não apenas a do estudo das marcas postais aplicadas, a correspondência circulada nos Açores, e com o exterior, é ainda valiosa pelo seu conteúdo, em testemunhos que são inegáveis contributos para o conhecimento e enriquecimento da nossa História, aos quais o colecionador não pode ficar indiferente.

TEXTO: JORGE ALMEIDA NUNES
FOTOGRAFIA: PAULO LOBÃO | MAH